

Jornal

Reparação

Janeiro 2026

Nº 13

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
AS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Inauguração do Setor dos Povos de
Terreiros e de Matriz Africana (POTMAS)
em Paraopeba, janeiro de 2026



CONSELHOS CONSOLIDAM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Por meio deles, as pessoas atingidas vão ajudar
a decidir os rumos e a destinação dos recursos
do Anexo 1.1 do Acordo de Reparação **Página 4**

COMUNIDADES SEGUEM EM PERIGO

Estudos de Risco à Saúde Humana
e Risco Ecológico agora só ficam
prontos em 2030

página 3

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Direito das pessoas atingidas,
pagamentos começam a
acontecer na Bacia do Paraopeba.
Mas a Vale não quer arcar

página 5

ANEXO 2.2

Pessoas atingidas fazem
mapeamento participativo
para garantir recursos

página 7

Foto: Ariane Silva / Caritas-MG

Editorial

Marília Andrade
Coordenadora Geral da ATI

Olá, Região 3!

Esta edição vem cheia de novidades. Vou começar falando de uma pesquisa muito importante realizada pela ATI Paraopeba NACAB. Trata-se de um estudo técnico-científico que traz novo entendimento sobre as consequências dos rejeitos no rio Paraopeba.

Utilizando imagens de satélite, o estudo comprova que os rejeitos depositados no fundo do rio, após o rompimento da barragem, foram transportados pelas cheias de 2020 e 2022 para uma área que equivale a mais de 9 mil campos de futebol. Isso quer dizer que, a cada nova cheia, o rejeito pode ser novamente movimentado e depositado em terras antes produtivas. É o chamado

dano superveniente e continuado – e que só vai cessar quando o rio estiver despoluído.

Temos a expectativa de que esse estudo consiga, de uma vez por todas, provar que esse material que a enchente deixou depositado acima do solo é rejeito de mineração – o que todos vocês já sabem, mas a Vale insiste em negar. E, agora? Será que ela vai continuar negando?

Outra grande conquista é que o Novo Auxílio Emergencial começou a ser pago, ainda que de forma provisória. A expectativa é que sua continuidade seja garantida e oficializada em breve pela Justiça mineira, apesar dos protestos da Vale, que segue argumentando na Justiça, que as pessoas atingidas pelo rompimento não teriam mais direito a um auxílio.

Ao longo desses sete anos, aprendemos que a organização e a união das pessoas atingidas é o

que garante as conquistas. E nisso os atingidos da Região 3 são craques! Nos últimos meses, os conselhos e setores foram inaugurados. A consolidação dessa estrutura de governança popular é muito importante para que as pessoas atingidas conduzam, de fato, o andamento e a tomada de decisões ao longo da execução do Anexo 1.1 do Acordo.

Por fim, o Nacab se prepara para reiniciar a execução dos trabalhos no âmbito do Processo Judicial, que trata de temas centrais para a Reparação Integral, como os danos individuais e supervenientes, o acompanhamento dos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) e as demandas emergenciais. O reconhecimento da Justiça de que as pessoas atingidas têm direito a uma ATI também na área do Processo Judicial é mais uma grande vitória.

■ Crime da Vale completa 7 anos sem reparação integral

No dia 25 de janeiro aconteceu, em Brumadinho, a 7ª Romaria pela Ecologia Integral, com a soltura de balões em homenagem às 272 pessoas vitimadas pelo crime da Vale, em 2019. O momento reuniu centenas de pessoas atingidas das 5 regiões e emocionou os presentes.



Iara Milreu / Nacab

SIGA O NACAB NAS REDES!

YouTube Facebook Instagram @nacabmg



www.nacab.org.br

Assessoria Técnica Independente PARAPEBA

NACAB
NÚCLEO DE APOIO ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2. João Braz - Viçosa, MG
E-mail: contato@nacab.org.br

Coordenadora-Geral: Marília Andrade
Fontes

Coordenação Geral: Alexandre Chumbinho, Irla Paula Stopa, Marília Andrade, Marluce de Souza Abduane
Gerente Administrativo Financeira: Marluce de Souza Abduane

Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho
Gerente de Reparação: Irla Paula Stopa
Assessor de Comunicação: Fabiano Azevedo

Jornal Reparação
ISSN 2764-1996

Editor: Fabiano Azevedo
Revisão: Marcos Oliveira
Textos: Fabiano Azevedo, Iara Milreu, Marcio Martins, Marcos Oliveira, Marília Andrade Fontes, PH Reinaux
Projeto Gráfico e ilustrações: Leticia Uematu

Assessoria Técnica Independente Paraopeba - Escritórios
Belo Horizonte: R. Bueno Brandão 351, Santa Tereza
Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã
Pará de Minas: Avenida Minas Gerais 413, São José
Esmeraldas: Rua Senador Melo Viana, 158, 2º andar

Texto: Marcio Martins

Saúde

Sete anos de dúvidas e insegurança

Resultado do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e de Risco Ecológico (ERSHRE) deve ser entregue somente em 2030

Saiba mais



Marcio Martins / Nacab



Em novembro de 2025, professores da UFMG apresentaram os resultados preliminares do "Projeto Brumadinho", série de pesquisas realizadas nos territórios atingidos, que pode servir de referência para os ERSHRE

O contato com a água do Paraopeba pode causar problemas de saúde? Pode-se beber a água dos poços próximos ao rio? E irrigar as plantações? As pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho são obrigadas a conviver com essas dúvidas nos últimos 7 anos, desde o desastre-crime cometido pela Vale em 2019.

Paula Gabriela Pereira da Silva, da comunidade de Fazenda da Ponte, em Esmeraldas, comenta sobre o medo e as dúvidas de viver às margens do rio. "Eu vejo aqui, na minha comunidade, que sem um estudo concreto, deixa todo mundo inseguro. Será que eu posso ir ao rio, na beira do rio, eu posso pisar naquela areia? Será que eu posso comer o peixe do rio? Tem um pé de manga ali que a enchente veio nele. Mas será que eu posso chupar aquela manga? A saúde mental acabou ficando meio perturbada, porque você não sabe o que é certo e o que é errado", disse.

De acordo com relatório de dezembro de 2025 da AECOM, responsável pela auditoria dos estudos, os compromitentes do Acordo de Reparação aprovaram

o cronograma final dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e de Risco Ecológico (ERSHRE) com a conclusão estimada para agosto de 2030, mais de onze anos após o rompimento.

Os ERSHRE são aguardados para contribuir na medição dos impactos causados após o rompimento. A princípio, o grupo EPA, escolhido e contratado pela Vale, era responsável pela elaboração e aplicação da primeira fase dos estudos. No entanto, o serviço prestado não atendeu às necessidades do processo de reparação e outra

empresa foi escolhida em agosto de 2025, a Environmental Resources Management (ERM).

Desde então, a ERM não apresentou um plano de trabalho para a realização da segunda fase dos estudos, o que deixa as pessoas atingidas na mesma situação, convivendo com o receio de levar a vida às margens do Paraopeba. A empresa, além de ser a respon-

sável pelas próximas fases do ERSHRE, também deve divulgar os resultados da primeira fase. No total, os Estudos serão compostos por 5 fases.

Os Estudos buscam avaliar os efeitos da contaminação provocada pelo rejeito nos ecossistemas da bacia do Paraopeba e os riscos diretos e indiretos à saúde das populações que vivem na região. Isso inclui análise de água, solo, sedimentos, fauna e flora, além de indicadores de doenças associadas à exposição de metais pesados e outras substâncias tóxicas. No entanto, os ERSHRE ficaram parados por muito tempo em sua fase 1, gerando atrasos e questionamentos, por parte das Instituições de Justiça e da AECOM, responsável pela auditoria socioambiental do Acordo, e pelas pessoas atingidas, diretamente afetadas pelos potenciais riscos.



EMERSON BRAGA
Campos (Pequi)

Emerson Braga é pescador e morador da comunidade de Campos, em Pequi, e se mostra indignado com o descaso e a falta de informação. "Tão grande quanto a dúvida que nos mata, é a falta de humanidade por parte de autoridades e órgãos responsáveis. Envenenaram nosso rio, nossa

terra e nossas águas. Contaminaram e adoeceram nossas famílias, crianças e idosos. Doenças respiratórias, feridas que não se curam, além das coceiras. O medo prevalece e o descaso de não termos uma resposta, um estudo e uma solução. Queremos nosso rio de volta, alimento para nossas famílias, vida e saúde para nosso povo", ressalta Emerson.

Inauguração de conselhos mobiliza Região 3

Processo contribui para a consolidação da governança do Anexo 1.1, mas indefinições ainda causam insegurança às pessoas atingidas

Como parte da implementação da governança do Anexo 1.1 do Acordo de Reparação, os conselhos da Região 3 vêm sendo inaugurados desde outubro de 2025, com a certificação dos conselheiros e a priorização das categorias de danos, a partir de uma lista feita em parceria entre as pessoas atingidas e a ATI Paraopeba Nacab. Estas categorias irão orientar a Entidade Gestora (EG) na execução do Anexo 1.1.

Esta etapa, que incluiu a inauguração do Conselho Regional da Região 3 e do Setor Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), além dos 10 Conselhos Locais (atrelados aos municípios) e dos 6 Setores Locais de PCTs, é fundamental para a primeira fase do Anexo 1.1, com duração prevista de dois anos. Ela servirá de referência para a implementação dos projetos das comunidades e das linhas de crédito e microcrédito.

As reuniões também contemplam a entrega do regimento dos conselhos e a proposição de ideias de projetos, sem a obriga-

toriedade da escolha. Porém, algumas questões seguem indefinidas, como a divisão dos recursos entre as cinco regiões da bacia do Paraopeba e se conselheiras e conselheiros poderão receber diárias pelas horas dedicadas ou em compensação a trabalhos perdidos, para participar da governança do Anexo 1.1.

“Esses momentos de participação são de extrema importância para a gente, já que a construção do processo desse Anexo está sendo feita quase que totalmente pelas pessoas atingidas, juntamente com as orientações da Assessoria Técnica e da Entidade Gestora. Várias ideias surgiram em diferentes comunidades, com uma participação bem efetiva de todos”, enfatizou Pai Tozinho, da Aldeia das Folhas Tenda Pai



PAI TOZINHO
Paraopeba

Julião das Almas, após a inauguração do Setor Regional de PCTs.

Valquir da Silva, morador de Pindaíbas e representante do Setor da Pesca e do Conselho Local de Pequi, destacou a importância da escolha



Karen Santos, do Terreiro Aldeia das Folhas participa da inauguração do Setor dos POTMAS, em Paraopeba

das categorias de danos, mas chamou a atenção para a falta de informações sobre os recursos disponíveis. “Ideia não falta nas comunidades, mas para pensar os projetos é fundamental saber qual é a previsão de recurso para cada conselho, para então entender quantos projetos será possível realizar. Cada projeto demanda uma quantidade específica de recursos”, afirmou.

As categorias priorizadas são: Sociabilidade e Modos de Vida; Atividade Econômica, envolvendo a geração de renda; e Alimentação, com o foco na soberania alimentar, levando em consideração temas como acesso à água, moradia e infraestrutura.

GOVERNANÇA ANEXO 1.1

Conselhos Locais

Formados de acordo com a autonomia de cada município, com **representantes das comunidades e grupos sociais atingidos**

Conselho Regional

56 titulares e até **56 suplentes** } escolhidos nos Conselhos Locais

4 são indicados do **público geral** e **1** de **PCTs**, por município

1 indicação de cada um dos **6 segmentos tradicionais**

Setores Locais

Organização por segmento (**pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, povos de terreiro, indígenas e guardas de congado**), respeitando a autonomia e a especificidade de cada grupo

Setor Regional (PCTs)

24 pessoas } 4 representantes de cada segmento de **tradicionalidade*** da Região 3

*Pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, povos de terreiro, indígenas e guardas de congado

Novo Auxílio Emergencial começa, enfim, a ser pago

Parcelas de dezembro e janeiro foram depositadas, mas decisão ainda é provisória

Após uma série de idas e vindas judiciais ao longo de 2025, o Novo Auxílio Emergencial (NAE) começou a ser pago às pessoas atingidas pelo desastre-crime da barragem da Vale. Substituindo o extinto Programa de Transferência de Renda (PTR), que correspondia ao Anexo 1.2 do Acordo de Reparação, o Novo Auxílio foi solicitado judicialmente por instituições da sociedade civil, em cumprimento às leis de defesa das pessoas atingidas por barragens – a PNAB e a PEAB. Todas as 163,6 mil pessoas cadastradas no PTR continuam a ser contempladas com o novo benefício, cujos valores são os mesmos do início de 2025 na Região 3: meio salário-mínimo para adultos; um quarto para adolescentes e um oitavo para crianças.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é a responsável pela operacionalização do Novo Auxílio: “A FGV opera o NAE até o fim da

operação do PTR, prevista para junho. Mas estamos à disposição do juízo, qualquer coisa que a justiça determinar, iremos cumprir”, afirma André Andrade, gerente executivo da FGV Projetos.

Órgão Especial do TJMG ainda vai votar pela legitimidade da decisão

A implementação de um auxílio emergencial na bacia do Paraopeba é resultado de uma luta que ainda não terminou. A decisão em 2ª instância, dada no fim de 2025, é provisória, e a Vale entrou com uma Reclamação junto ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), alegando que o Acordo de Reparação assinado em 2021 estaria sendo desrespeitado. A mineradora

tenta, a todo custo, se esquivar da responsabilidade pelo pagamento – exigindo inclusive que as associações que solicitaram o auxílio depositassem um valor como garantia, para ser ressarcida caso a decisão seja revogada. A Justiça negou esse pedido.

Além disso, tramita no TJMG um recurso da mineradora contra a implementação do NAE. Ele será julgado pelo desembargador André Leite Praça, da 19ª Câmara Cível.



O Novo Auxílio Emergencial foi uma luta presente em todo o ano de 2025

FGV promete conversar com quem teve problemas para receber

Na Região 3, muitas pessoas que não receberam, procuraram os escritórios do Nacab. Foi o caso de Francisco Alves, da comunidade de São José (Esmeraldas). Ele conta que, das quatro pessoas cadastradas da família, apenas uma recebeu o auxílio: “O que me deixa intrigado é

uma entidade como a FGV não encontrar as pessoas que ela tem cadastradas para realizar um pagamento. Encontrei os dados de um, mas não encontrou dos outros. E quando chegar de novo o quinto dia útil, vai ter novo pagamento. E o pessoal que não recebeu? Vai receber o atrasado?”, questiona ele.

André Andrade, da FGV, afirma que a entidade irá cuidar de caso a caso: “Em torno de 1% das pes-

soas não receberam, e isso é um caso crônico de pagamento, devido a algum problema com o CPF ou com a conta bancária da pessoa. A partir de janeiro, a gente vai começar a entrar em contato com as pessoas para que elas forneçam outras formas de remuneração, procurar um por um, por telefone, em casa, para que elas tenham a chance de receber. Então é interessante que elas atualizem o telefone no cadastro, para que a gente possa ligar para elas.”

Rejeitos continuam avançando e podem contaminar novas áreas

Estudo do Nacab revela que cheias de 2022 amplificaram geograficamente os danos do desastre-crime inicial



Marcos Oliveira / Nacab

Um estudo técnico-científico do Nacab traz novo entendimento sobre as consequências da deposição de rejeitos do rompimento da barragem da Vale no Paraopeba.

Utilizando imagens de satélite, o estudo, aceito pela revista acadêmica *Remote Sensing Applications Society and Environment*, comprova que os rejeitos da Vale foram transportados através do Paraopeba nas cheias de 2020 e 2022. O resultado é alarmante: uma área de mais de 65 milhões de m² apresentou alta concentração do mesmo tipo de ferro encontrado no rejeito da barragem.

O estudo aponta também que uma área de 24 milhões de m² apresentou, após as cheias, aumento da concentração de ferro e argila – material característico na composição do rejeito por mineração – e intensa perda da vegetação. Os índices evidenciam que o rejeito foi redistribuído no território, anos após o desastre-crime.

A pesquisa identificou o que os pesquisadores chamam de “danos supervenientes e continuados”: estragos que vieram após o rompimento e de forma continuada. A cada nova cheia, o rejeito tóxico pode ser novamente movimentado e depositado em terras antes produtivas.

Centenas de pontos de captação de água, como poços e cis-

ternas, foram atingidos pela lama nas cheias. Dados coletados pela ATI, logo após as cheias de 2022, revelaram que o impacto foi devastador. Mona Lisa Cardoso, cuja propriedade fica às margens do rio, em Paraopeba, diz que suas terras nunca mais foram as mesmas: “a característica que nós identificamos foi a viscosidade daquela água com rejeito, uma coisa muito pesada. E o pior, depois que [a lama] secou, virou concreto, tem locais que tem aí 40 cm de rejeito”, ela diz.

Apesar dos graves efeitos dessa nova contaminação, o Acordo Judicial assinado em 2021 não cobre esses novos danos. O valor pago para a reparação não envolve danos supervenientes, futuros e desconhecidos, como os causados pelo rejeito movimentado pelas cheias nos anos posteriores ao rompimento. Assim, o Nacab alerta que cerca de 2 mil pessoas estão sendo “revitimizadas”, enfrentando uma contaminação que ainda não tem previsão de indenização.

A lama não parou de avançar. Ela segue invadindo casas, quintais, áreas produtivas, plantações, pastagens e matas nativas, matando o solo e contaminando a água de quem achava que já tinha passado pelo pior.

Recuperação Socioambiental estacionada

Sendo uma obrigação de fazer da Vale e sem limite financeiro, o Programa de Recuperação Socioambiental (Anexo 2.1 do Acordo de Reparação) pouco avançou.

A principal ação do Anexo é o Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba, em elaboração pela Arcadis, contratada pela Vale desde 2019. Após sete anos de trabalho, porém, existe apenas uma versão preliminar deste Plano.

Segundo o Comitê Pró-Brumadinho, 68 iniciativas estão definidas no âmbito do Programa (43 validadas e 25 em elaboração), mas o acesso ao Paraopeba segue proibido. Relatório da auditora socioambiental Aecom, de outubro de 2025, indica que foram dragados cerca de 2 km de rio, de um total de 307 km, e que o Trecho 2 (de 3 a 6 km) ainda aguarda licenciamento. Projeção da ATI Paraopeba, usando dados da própria Vale, indica que o rio levará mais de 700 anos para ficar limpo – muito tempo para quem precisa dele hoje.

“O prejuízo foi grande e o sentimento é de revolta. A gente está nessa luta e não temos nenhum retorno. Ninguém vem aqui para ver como a gente está vivendo. Eu tinha um pomar e hoje não tenho mais. O peixe que eu pegava e vendia, agora não posso mais pescar. Meu terreno acabou! Está completamente desvalorizado e não posso plantar nada nele”, desabafou José Paulo da Silva, morador de Taquaras (Esmeraldas).

Comunidades rurais usam mapeamento participativo para fortalecer diálogo com prefeituras

Iniciativa parte dos próprios moradores e visa garantir recursos do Anexo 2.2

Para garantir que os recursos do Anexo 2.2 cheguem, de fato, às comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho, moradores da zona rural estão realizando levantamentos em seus próprios territórios. A iniciativa busca conhecer melhor a realidade local, construir propostas viáveis de saneamento e fortalecer o diálogo com o poder público municipal.

O mapeamento, feito pelos próprios moradores, reúne dados, como número de casas, quantidade de pessoas por moradia e a organização das comunidades no território. A partir dessas informações, passam a ser debatidas alternativas para o tratamento do esgoto doméstico, como os Tanques de Evapotranspiração (TEvap) e os biodigestores, tecnologias de baixo custo, simples de operar e ambientalmente adequadas.

Em Pindaibas, no município de Pequi, o levantamento contou com o conhecimento de quem vive na comunidade. Marilene Ramos desenhou o mapa local a partir da convivência com

as famílias, enquanto em sítios vizinhos o trabalho teve o apoio de Rildo Israel da Costa. “Esse levantamento ajuda a entender melhor nossa realidade e a negociar com o poder público de forma mais concreta”, afirma Marilene.

Para Luiza Monteiro, coordenadora do Escritório de Pará de Minas, esse diálogo vai além da reparação: “o trabalho da ATI é pautado pelos Anexos do Acordo de Reparação, mas fortalecer as comunidades para dialogar com seus representantes no Legislativo e no Executivo municipal é uma contribuição que ultrapassa o processo de reparação”. As comissões especiais têm se conso-

lido como espaços importantes de diálogo entre as pessoas atingidas e o poder público. Em Pindaibas, essa articulação resultou na perfuração de um novo poço para atender o crescimento da comunidade, mostrando como a organização coletiva pode gerar resultados concretos.

O Anexo 2.2 trata da compensação socioambiental dos danos já conhecidos e prevê o saneamento básico universal, com aplicação dos recursos preferencialmente nas áreas atingidas. Ao longo de todo o processo, a Assessoria Técnica Independente atua para garantir a participação das comunidades nas discussões com prefeituras, órgãos estaduais e consultorias. Segundo Antônio Carlos de Souza, da Assessoria Estratégica do Nacab, “a câmara temática aproxima as pessoas atingidas da gestão municipal e prepara a comunidade para reivindicar seus direitos”, reforçando a importância da participação popular para que as comunidades atingidas sejam atendidas pelos recursos do Anexo 2.2.



Reunião da comissão especial de acompanhamento das medidas de reparação em Pequi (novembro de 2025)

Marina Villela / Nacab



Mapeamento de Pindaibas, em Pequi, feito pela moradora Marilene Ramos

Protagonismo feminino e autonomia a partir da agroecologia

Teia Agroecológica de Mulheres promove espaços formativos para qualificar sistemas produtivos

A ATI Paraopeba Nacab iniciou, em parceria com a deputada estadual Bella Gonçalves (Psol), o Teia Agroecológica de Mulheres, projeto que busca consolidar uma rede autônoma, protagonizada por agricultoras familiares, artesãs e lideranças comunitárias atingidas pelos crimes da mineração na bacia do Paraopeba.

Executado via emenda parlamentar, o projeto tem duração de 12 meses e segue três eixos transversais: alimentação, saúde e comercialização. Além disso, a agroecologia e as políticas de segurança alimentar e nutricional orientam as estratégias para acessar mercados e reforçar a identidade cultural dos territórios.

Segundo Júnia Maria Lousada, coordenadora da iniciativa, “o projeto traz uma boa nova na re-

gião de Pará de Minas, buscando fortalecer uma rede de mulheres nos sistemas produtivos. O projeto é uma oportunidade de florescimento dentro do processo de reparação dos danos causados pela Vale, fortalecendo mulheres e suas comunidades”.

A proposta prevê oficinas de produção agroecológica, beneficiamento de alimentos, saúde e autocuidado, plantas medicinais, produção de cosméticos e comercialização. Entre os resultados esperados, estão o aumento da renda e melhorias nas condições de vida e trabalho, com a valorização do protagonismo feminino e o fortalecimento da organização popular.



“O projeto traz uma boa nova na região de Pará de Minas, buscando fortalecer uma rede de mulheres nos sistemas produtivos. O projeto é uma oportunidade de florescimento dentro do processo de reparação dos danos causados pela Vale, fortalecendo mulheres e suas comunidades.

JÚNIA LOUSADA

Teia Agroecológica de Mulheres

Acolhimento a mulheres em risco

Previsto no Anexo 1.3 do Acordo de Reparação como um dos projetos de fortalecimento de serviços e políticas públicas, o Casa Acolhe Minas, iniciativa que pretendia atender mulheres atingidas vítimas de violência doméstica, foi cancelado. O projeto foi considerado inviável, apesar dos relatos recorrentes no território sobre casos de violência doméstica, assédio e insegurança.

Ainda não foram propostos projetos para substituir a Casa Acolhe Minas, mas a ATI Paraopeba Nacab trabalha na identificação de políticas públicas, a fim de contribuir neste processo. Obrigação de fazer da Vale, a iniciativa estava prevista para ser executada em Juatuba, com investimento de R\$ 23,8 milhões.

